



EDUCAÇÃO, GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CORRELAÇÃO, PRINCÍPIOS E CONCEITOS¹

EDUCATION, GOVERNANCE AND REGIONAL DEVELOPMENT: CORRELATION, PRINCIPLES AND CONCEPTS

Luís Jo Sandramo Inchuca²

Waldecy Rodrigues³

Fabiana Scoleso⁴

RESUMO

Este estudo aborda sobre a interligação crítica entre Educação, Governança e Desenvolvimento Regional, destacando a correlação entre a qualidade educacional e as práticas governamentais em âmbito regional. Exploramos os princípios e conceitos fundamentais que moldam essa relação, visando contribuir para políticas mais eficazes e um desenvolvimento regional sustentável. A metodologia empregada envolveu uma revisão bibliográfica abrangente para fundamentar nossas conclusões. Este trabalho apresenta-se no III Seminário Regional sobre Educação e Desenvolvimento Regional, buscando estimular discussões e propostas para aprimorar o panorama educacional e governamental, fortalecendo assim as bases para um progresso regional equitativo. Como resultado da pesquisa, foi evidente concluir que o desenvolvimento regional se assenta numa educação de qualidade. Toda prática educacional de qualidade que importa conhecimento para fortalecimento das bases, resulta de um esforço conjugado dos atores políticos e governamentais, sociedade civil e comunidades locais. Esta prática subjuga o aumento de número de alfabetizados, criando capacidades de aceitação e inclusão no processo de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Políticas educacionais; educação de qualidade; governança; desenvolvimento regional.

¹Artigo apresentado no III Seminário Internacional, V Seminário Nacional e VII Seminário Regional sobre Educação e Desenvolvimento Regional, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Contestado (UNC).

²Doutorando em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Tocantins (UFT). Mestre em Gestão e Administração de Empresas (MBA) pelo Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande (ISCTAC). Tocantins. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3250-0946>. E-mail: luis.inchuca@mail.uft.edu.br

³Doutor em Sociologia no Centro de Estudos Comparados sobre as Américas (UnB) e Pós-Doutor em Economia (UnB). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Modelagem Computacional de Sistemas, ambos, da Universidade Federal do Tocantins. Tocantins. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5584-6586>. E-mail: waldecy@mail.uft.edu.br

⁴Pós-doutora em Sociologia do Trabalho pela Unicamp, Doutora em História Social. Docente da Universidade Federal do Tocantins. Tocantins. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3519-4592>. E-mail: fscoleso@uft.edu.br

ABSTRACT

This study addresses the critical interconnection between Education, Governance and Regional Development, highlighting the correlation between educational quality and government practices at a regional level. We explore the fundamental principles and concepts that shape this relationship, aiming to contribute to more effective policies and sustainable regional development. The methodology used involved a comprehensive literature review to support our conclusions. This work is presented at the III Regional Seminar on Education and Regional Development, seeking to stimulate discussions and proposals to improve the educational and governmental panorama, thus strengthening the foundations for equitable regional progress. As a result of the research, it was clear to conclude that regional development is based on quality education. Every quality educational practice that imports knowledge to strengthen the bases is the result of a combined effort by political and governmental actors, civil society and local communities. This practice suppresses the increase in the number of literate people, creating capacities for acceptance and inclusion in the regional development process.

Keywords: Educational policies; quality education; governance; regional development.

Artigo recebido em: 09/03/2024

Artigo aprovado em: 26/03/2024

Artigo publicado em: 26/03/2024

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre educação, governança e desenvolvimento regional é bastante desafiador, visto tratar-se de um tema de extrema relevância no contexto contemporâneo, numa sociedade marcada pela busca incessante por crescimento econômico sustentável e equidade social. Torna-se ainda mais interessante, falar da educação, num contexto de luta pela busca da compreensão dos mecanismos científicos e culturais que impulsionam o progresso das comunidades, através dos diagnósticos e soluções locais. Numa perspectiva teórica, essa tríade - Educação, Governança e Desenvolvimento Regional - revela uma intrincada rede de relações, influenciando diretamente o bem-estar social, econômico e cultural de uma região. A pesquisa explora a correlação entre esses elementos, examinando os princípios subjacentes e os conceitos fundamentais que delineiam suas interações.

O principal objetivo é analisar criticamente a relação entre Educação, Governança e Desenvolvimento Regional, identificando como a qualidade da educação influencia e é influenciada pelas práticas de governança em nível regional. Ao longo da caminhada do artigo, destaca os princípios de governança que se mostram mais eficazes na promoção de sistemas educacionais robustos e, por conseguinte, no impulsionamento do desenvolvimento regional. Fornecemos uma base teórica sólida para informar políticas e práticas futuras, contribuindo assim para o avanço contínuo no desenvolvimento das comunidades locais.

A relevância científica deste estudo reside na necessidade premente de compreender os mecanismos subjacentes que vinculam a educação, a governança e o desenvolvimento regional.

Ao elucidar essas relações, estamos a contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para promover a equidade educacional, fortalecer as instituições governamentais locais e, em última análise, impulsionar o desenvolvimento regional de maneira holística. Espera-se com este estudo não apenas preencher uma lacuna no conhecimento acadêmico, mas também fornecer uma visão prática para formuladores de políticas, acadêmicos e profissionais envolvidos na construção de futuros mais promissores para as comunidades locais.

2 MATERIAIS E MÉTODO

Em termos de metodologia, o estudo assenta-se na revisão bibliográfica abrangente, onde foram examinadas pesquisas acadêmicas, teorias relacionados à interseção entre educação, governança e desenvolvimento regional. No pensamento de Garcia (2015), entende-se por “metodologia científica aquilo que é capaz de proporcionar uma compreensão e análise do mundo através da construção do conhecimento” É também o caminho do estudo a ser realizado.

Através de fundamentos teóricos e empíricos, levantamento e análise crítica de fontes secundárias, foi feito uma análise de conteúdo documentos oficiais, a Constituição da República Federativa do Brasil, leitura de artigos e periódicos relacionados a teorias educacionais, que permitiu fortalecer a formulação das conclusões do estudo. Esta abordagem permite a construção de um arcabouço teórico robusto, respaldado por evidências sólidas, que engrandecem a credibilidade e relevância do estudo.

3 CORRELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A educação, enquanto sistema de aprendizagem de conhecimentos e competências, transcende a mera transmissão de conhecimentos, tornando-se um pilar fundamental para a sobrevivência de cada comunidade. Essa sensibilidade se traduz no impacto direto sobre o bem-estar de um país, refletindo na capacidade nacional de gerar conhecimento, compreender o contexto histórico e político, e construir uma identidade coletiva (PEREZ; PASSONE, 2007). Aqui se destaca a intrínseca relação entre a qualidade educacional e o desenvolvimento regional, evidenciando a importância crítica da educação como catalisadora não apenas da aprendizagem individual, mas também do progresso coletivo e da resiliência das comunidades⁵.

Desdobrando alguns conceitos apresentados em estudos científicos, a educação como direito fundamental e como ferramenta para formação do capital humano, prossegue como um valor patrimonial importante de qualquer nação (SEDDON; LINO, 2021). Assumir a educação como um direito social, implica discuti-la na perspectiva de estratégia regional que se deslumbra em uma ferramenta para o desenvolvimento regional.

⁵ Políticas Educativas, Campinas, Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/download/18248/10741/65296> Acesso em: 31 jan. 2024.

Segundo defendeu no dia 30/01/2024, o presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, na plenária de encerramento da Conferência Nacional de Educação (CONAE), em Brasília (DF): O uso de recursos públicos na educação não é gasto, mas investimento:

[...] Gastar vai ser quando eu não investir nessas crianças, que tiver que tirá-las depois das drogas, do narcotráfico, do crime organizado. Enquanto eu estiver construindo sala de aula, enquanto eu estiver pagando um estímulo para aquele jovem estudar, eu tenho certeza que tudo isso é investimento, disse o presidente. 'Qualquer dinheiro em educação tem que ser analisado com a rubrica de investimento e não de gasto' (Agência Gov, 2024)⁶.

Se for analisado sob ponto de vista institucional, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um dos 11 direitos sociais (Art. 6º), e compete a União legislar sobre suas diretrizes e bases a nível nacional (Art. 22); dos Estados e municípios, garantindo os meios de acesso à educação. O acesso à educação é garantido de forma pública, com padrões de qualidade, e obrigatória em seu nível básico até ao nível superior, nas cidades, Municípios e até onde justifique a implantação de uma escola (SEDDON; LINO 2021).

Portanto, o desenvolvimento de uma determinada região/território, está estritamente relacionada ao desenvolvimento de um sistema de educação de qualidade, que eleve o nível de escolaridade da comunidade local, e não só. Ela deve partir de um planejamento regional de setores conjugados, baseado em estudos científicos com metodologia adequada (SOUSA; FREIESLEBEN, 2018).

Ha que se destacar o papel do Estado na criação e implementação de políticas que visam impulsionar o progresso educacional e, por conseguinte, o desenvolvimento sustentável das regiões. Segundo Melo (2010), o Estado, como agente regulador e provedor de recursos, tem o poder de moldar estratégias educacionais que atendam às necessidades específicas de cada região.

Para Barroso (2020), para que o Estado promova a estruturação da educação regional, implica a alocação de recursos financeiros, a criação de infraestrutura educacional adequada e o estabelecimento de padrões de qualidade. Além disso, o Estado desempenha um papel vital na promoção da equidade, garantindo que todas as comunidades regionais tenham acesso a oportunidades na educação, um catalisador essencial para o desenvolvimento regional (Barroso, 2020).

O Desenvolvimento Regional aqui na ótica dos autores, deve ser entendido como a eliminação das assimetrias regionais. Requer em primeira estância uma aceitação dos atores políticos, sociais, governamentais e a comunidade, a trabalhar em prol do desenvolvimento, o que implica a distribuição equitativa de recursos nas regiões que são menos desenvolvidas economicamente.

Como escreve Oliveira (2015), citando Parada (2003), qualquer estratégia de planejamento e desenvolvimento regional estimula o incremento dos avanços tecnológicos empregados na constante capacitação dos recursos humanos da região, no aumento da demanda do comércio e serviços, na infraestrutura de transportes e de comunicações, na geração de emprego e renda e na organização dos produtores, o que induzirá melhora da qualidade de vida

⁶ Discurso do Pr. Lula na CONAE 2023. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202401/recurso-sem-educacao-e-investimento-defende-lula-na-conferencia-nacional-da-educacao>. Acesso em: 31 jan. 2024.

de sua população e, conseqüentemente, da sua inserção nas relações econômicas, comerciais e sociais.

Por isso, Oliveira (2015), lembra-nos que o desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político. Essas transformações são questões centrais para se entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região. O autor cita a frase do North (1990) que reforça que os modelos institucionais tendem a estimular, mesmo quando são socialmente ineficientes (OLIVEIRA, 2015).

4 GOVERNANÇA COMO FATOR DETERMINANTE NA QUALIDADE EDUCACIONAL

A governança emerge como um fator determinante crucial na qualidade educacional, exercendo influência não apenas na formulação de políticas, mas também na efetiva implementação e supervisão dos sistemas educacionais. O conceito de governança surge durante a transição para o novo século, ligado a transformações estruturais, como a reforma administrativa e a redefinição do papel do Estado, além do fortalecimento da democracia participativa e deliberativa (FERRÃO, 2010).

Uma governança sólida estabelece as bases para tomadas de decisões transparentes, responsáveis e participativas, promovendo a equidade e a excelência na oferta educacional. Instituições governamentais eficazes garantem a alocação eficiente de recursos, direcionando investimentos para infraestrutura, capacitação de professores e desenvolvimento de currículos alinhados com as necessidades regionais (SILVA; PEREIRA, 2019).

Governança educacional se refere aos aspectos gerenciais e à dinâmica das relações entre os indivíduos e os sistemas e organizações educacionais. Governança educacional impacta de forma direta o desenvolvimento social da educação (ABRUCIO, 2018). No mundo corporativo privado, a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa são os princípios da governança corporativa, expressos como práticas de instituições que desenvolvem uma gestão íntegra (ROSSI, 2020).

Estes pilares dialogam diretamente com a educação e, sobretudo, com instituições de ensino: pelo compartilhamento e gestão do conhecimento, pela formação de cidadãos e profissionais de excelência, capazes de transformar positivamente a sociedade, pelo fortalecimento do sentido de comunidade, entre outros aspectos tão característicos do setor educacional⁷.

5 PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA APLICADOS À EDUCAÇÃO REGIONAL

Para abordar a implementação dos princípios da governança corporativa no setor educacional, é essencial sublinhar que as boas práticas devem ser incorporadas de maneira abrangente em toda a organização, integradas de forma estruturada tanto na estratégia quanto

⁷ Marco Rossi, superintendente da Fundação de Rotarianos de São Paulo, com especialização em Qualidade em Educação e Neurociências Cognitivas pela Harvard Graduate School of Education

na gestão, e devem incluir a participação ativa dos atores interessados. Caso contrário, a governança corporativa pode ser superficialmente aplicada, perdendo sua eficácia e alinhamento com os objetivos originais (ROSSI, 2020).

Transpondo essa reflexão para o contexto educacional, torna-se imperativo avaliar duas dimensões distintas: primeiro, o investimento em educação como política pública, considerando seus impactos na sociedade como um todo. Em segundo lugar, é necessário examinar a implementação de boas práticas de governança em organizações do setor educacional, garantindo que essas práticas se estendam desde a formulação de políticas até a gestão operacional, com o envolvimento ativo de todos os interessados (ROSSI, 2020).

Voltando a reflexão sobre investimentos na educação no Brasil, um dos princípios de governança no mandato do presidente Lula, tem sido prioridades de investimento na saúde e educação e que no primeiro ano de governança já foram recriadas mais de 80 políticas públicas que haviam sido desativadas, como é exemplo do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); o custo da merenda escolar; o fundo de tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia (Agência Gov, 2024).

Segundo a Agência de Notícias do Governo (2024), o ministro da Educação, Camilo Santana, lembrou que os recursos do Ministério de Educação (MEC) em 2024 aumentaram 30% em relação a 2023. Esses vão permitir a expansão das universidades, que estão permitindo a escola em tempo integral”. O ministro garantiu que a bolsa permanência será concedida para todos os indígenas e quilombolas que ingressarem no ensino superior. Essas medidas têm implicações significativas para o desenvolvimento regional por várias razões segundo Branco, (2020):

- i. **Acesso à Educação:** A criação de novos Institutos Federais e a expansão das universidades aumentam o acesso à educação superior em diferentes regiões do país, permitindo a redução das disparidades regionais no acesso ao ensino superior e promoção do desenvolvimento educacional em áreas que historicamente têm menos oportunidades.
- ii. **Desenvolvimento de Talentos Locais:** oferecendo mais oportunidades de educação, especialmente em áreas como escolas em tempo integral, o governo pode ajudar a desenvolver e reter talentos locais, atrair investimentos e impulsionar o crescimento econômico regional.
- iii. **Inclusão de Grupos Minoritários:** garantia da bolsa permanência para indígenas e quilombolas que ingressarem no ensino superior contribui para a inclusão social e a promoção da igualdade de oportunidades.
- iv. **Desenvolvimento de Infraestrutura:** A expansão da infraestrutura educacional, incluindo a construção de novos institutos e a melhoria das universidades, muitas vezes requer investimentos em infraestrutura física, que na sua construção pode gerar empregos locais e estimular o desenvolvimento econômico em áreas onde esses projetos são implementados.

Portanto, na nossa ótica, estas medidas do governo visam, não apenas promover o acesso à educação, mas também têm o potencial de impulsionar o desenvolvimento regional, reduzir disparidades socioeconômicas e promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

6 DESCENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA ESCOLAR: IMPLICAÇÕES NA GOVERNANÇA EDUCATIVA REGIONAL

A descentralização e autonomia escolar emergem como conceitos fundamentais na governança educativa regional, representando uma mudança paradigmática na gestão do sistema de ensino. Ao transferir poderes e responsabilidades para níveis mais próximos das comunidades educativas, essas estratégias visam promover uma gestão mais eficiente e adaptável às necessidades específicas de cada região⁸. Além disso, ao conceder maior autonomia às escolas, fortalece-se o envolvimento da comunidade escolar na tomada de decisões, fomentando um senso de responsabilidade compartilhada e promovendo a inovação pedagógica (BRASIL, 2019).

Desde 1990, no Brasil, as políticas e reformas educacionais, sempre estiveram relacionadas as demandas de trabalho com a descentralização administrativa de gestão interna ou externa de instituições de ensino. Quando ocorrem as reformas do Estado, ocorrem também as reformas do sistema de ensino, orientadas para o interesse e objetivos das reformas estaduais (Nascimento, 2008).

A descentralização e distribuição do poder, se afiguram como principal características dessas mudanças, como é o caso da criação do Estado de Tocantins em 1988. Segundo o Prof. Dr. Waldecy Rodrigues, o Estado de Tocantins foi a última experiência bem-sucedida de desenvolvimento regional no Brasil. Falando numa entrevista ao canal “Jornal Opção” do dia 29.10.2023, O economista e pesquisador da Universidade Federal de Tocantins⁹ reafirmou que “A divisão trouxe muitas perspectivas para o Norte goiano. Depois de sua criação, a economia do Tocantins cresceu em média 7,5%/ano ante 3% do País, mais que o dobro nacional. Isso mostra a pujança da economia do Estado”.

Para Melo (2022), a descentralização ao nível educativo supõe, por um lado, a transferência das instituições nacionais aos estados e municípios e, por outro lado, a decisão de fornecer subsídio do Estado à educação privada (MELO, 2022).

A descentralização deve acontecer com objetivo de facilitar a administração escolar e que possa proporcionar “uma maior distribuição do poder decisório até então centralizado em poucas mãos” assim, trazendo mais democratização para a educação e justiça social (SILVA, 2019).

Do ponto de vista mais progressista, a descentralização é pensada como um processo complexo de redefinição territorial, política e administrativa do Estado, como base para o aprofundamento da democracia nas relações com a sociedade civil. Portanto, a descentralização induz à democratização quando se redistribuem funções, competências; recursos e se verifica a fragmentação ou a dispersão do poder nos diferentes sujeitos sociais (LOCATELI, 2021).

⁸ Descentralização e autonomia educacional. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/descentralizacao-de-politicas>. Acesso em 31 jan. 2024

⁹ Desenvolvimento Regional, criação de Estado de Tocantins: Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/waldecy-rodrigues-tocantins-foi-a-ultimo-experiencia-de-sucesso-em-desenvolvimento-regional-545079/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

A Descentralização e autonomia escolar significa transferir competências a unidades menores da administração, mantendo-se uma parte das competências e funções centralizadas, visando garantir a coerência das atividades públicas e a justiça social (MELO, 2022).

Assim, a descentralização e a autonomia escolar podem trazer benefícios significativos para a governança educativa regional, promovendo a adaptação local, a inovação e o empoderamento das comunidades.

7 COLABORAÇÃO ENTRE SETORES: SINERGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No contexto da interseção entre educação, governança e desenvolvimento regional, a colaboração entre setores emerge como uma força motriz essencial para impulsionar progresso e transformação. Este subcapítulo explora as vantagens intrínsecas da colaboração entre diferentes setores, destacando como parcerias eficazes podem ser estabelecidas para promover tanto a educação quanto o desenvolvimento regional de forma sinérgica.

Destaque para pesquisas anteriores que abordaram a governança como fator influente na eficácia dos sistemas educacionais (FERRÃO, 2010).

Uma abordagem reconhecida sobre a colaboração entre setores para o desenvolvimento regional é apresentada por Mark Moore, (1995), um renomado acadêmico em administração pública. Moore desenvolveu o conceito de "Governo Catalisador" em seu livro "Creating Public Value: Strategic Management in Government". Ele esclarece que, a colaboração entre setores para o desenvolvimento regional pode ocorrer de várias maneiras, envolvendo parcerias entre o governo, empresas privadas, organizações da sociedade civil e instituições educacionais. Um exemplo notável é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que busca promover a educação profissionalizante e tecnológica em todo o Brasil (MOORE, 1997).

O PRONATEC é uma iniciativa governamental que colabora com empresas e instituições de ensino para oferecer cursos técnicos e de formação profissional em diversas áreas, alinhados às demandas do mercado de trabalho regional. Por meio dessa parceria entre o governo, setor privado e instituições educacionais, busca-se não apenas aumentar o acesso à educação técnica, mas também proporcionar qualificação profissional relevante para as necessidades locais (MOORE, 1997).

Além disso, projetos de desenvolvimento regional muitas vezes contam com a colaboração de organizações da sociedade civil, que podem desempenhar um papel crucial na identificação de demandas locais e na implementação de programas voltados para o fortalecimento das comunidades.

Na abordagem de Castells (2012), sociólogo renomado por suas contribuições para a compreensão da sociedade em rede, a colaboração entre setores para o desenvolvimento regional é vista como um elemento fundamental na construção de sociedades mais justas e prósperas. Castells (2012) argumenta que, em um mundo cada vez mais interconectado e globalizado, os desafios enfrentados pelas regiões exigem soluções que transcendam as fronteiras tradicionais dos governos, empresas e organizações da sociedade civil.

Castells (2012), enfatiza a importância de parcerias estratégicas e colaborativas entre esses diferentes setores para promover o desenvolvimento regional. Além disso, Castells (2012) ressalta a necessidade de uma abordagem holística e inclusiva, na qual todas as partes interessadas tenham voz e participação ativa no processo de tomada de decisões, que passa necessariamente por estabelecimento de plataformas de diálogo e governança colaborativa que promovam a transparência, a prestação de contas e o compartilhamento de responsabilidades, tanto no setor de educação, como em outros setores sociais.

Na visão de Castells (2012), a colaboração entre setores não apenas fortalece a resiliência das regiões diante de desafios econômicos, sociais e ambientais, mas também contribui para a construção de comunidades mais coesas e inclusivas.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo sobre a interseção entre educação, governança e desenvolvimento regional revela uma complexa rede de relações que influenciam diretamente o bem-estar social, econômico e cultural de uma região. Analisando criticamente essa relação, destacam-se diversos pontos que merecem reflexão e discussão.

Primeiramente, a qualidade da educação emerge como um fator determinante para o desenvolvimento regional. A educação transcende a mera transmissão de conhecimentos, tornando-se um pilar fundamental para o progresso coletivo e a resiliência das comunidades. A qualidade educacional está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento regional, influenciando a capacidade de geração de conhecimento, compreensão do contexto histórico e político, e construção de uma identidade coletiva.

Nesse contexto, a governança desempenha um papel crucial na garantia da qualidade educacional e no impulsionamento do desenvolvimento regional. Que passa por direcionar investimentos para infraestrutura, capacitação de professores e desenvolvimento de currículos alinhados com as necessidades regionais.

Os princípios de governança aplicados à educação regional devem ser incorporados de maneira abrangente em toda a organização educacional, integrados de forma estruturada tanto na estratégia quanto na gestão.

A descentralização e autonomia escolar emergem como conceitos fundamentais na governança educativa regional, representando uma mudança paradigmática na gestão do sistema de ensino. Transferir poderes e responsabilidades para níveis mais próximos das comunidades educativas.

Vimos que Brasil é exemplo de uma transição que remota desde a década de 90 para cá, onde tem vindo a evidenciar esforços para garantir o alargamento da base educacional e permitir o acesso a todos os brasileiros uma educação de qualidade. E numa perspectiva não tanto conclusiva, o estudo avança que as desigualdades regionais e sociais de um país só vão diminuir efetivamente com uma educação de qualidade, mas que, a educação por se só não assegura o desenvolvimento econômico regional, sendo que a colaboração entre setores emerge como uma força motriz essencial para impulsionar o progresso e a transformação regional. Se se estabelecer parcerias eficazes entre o governo, setor privado, sociedade civil e instituições

educacionais, podemos promover tanto a educação quanto o desenvolvimento regional de forma sinérgica, criando comunidades mais prósperas e inclusivas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi referenciado na introdução do presente artigo, falar sobre a interseção entre educação, governança e desenvolvimento regional seria para nós uma jornada complexa e fascinante, fundamental para compreendermos os desafios e oportunidades enfrentados pelas comunidades em busca de um futuro mais próspero e equitativo. Nesta pesquisa, exploramos a correlação entre esses elementos, examinando os princípios subjacentes e os conceitos fundamentais que delinham suas interações.

Vimos que a governança emerge como um fator determinante crucial na qualidade educacional, exercendo influência não apenas na formulação de políticas, mas também na implementação e supervisão dos sistemas educacionais.

A descentralização e autonomia escolar surgem como conceitos fundamentais na governança educativa regional, representando uma mudança paradigmática na gestão do sistema de ensino. A colaboração entre setores emerge como uma força motriz essencial para impulsionar o progresso e a transformação regional.

Porém, esta pesquisa não apenas contribui para o avanço do conhecimento acadêmico, mas para formuladores de políticas públicas, acadêmicos e profissionais envolvidos na construção de futuros mais promissores para as comunidades locais. Mas a conjugação de esforços pode concorrer para a redução das desigualdades de oportunidades.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Uma breve história da educação como política pública no Brasil. In: DALMON, D. L.; SIQUEIRA, C.; BRAGA, F. M. (Eds.). **Políticas Educacionais no Brasil: o que podemos aprender com casos reais de implementação?** São Paulo: Edições SM, 2018. p. 37-58.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Revista Educação & Sociedade*, v. 26, p. 725-751, 2005.

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 18, p. 125-138, 2003.

BRANCO, Emerson Pereira. **Implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais.** Curitiba: Appris, 2020.

BRASIL, Rozineide Souza. **Gestão democrática na escola pública e o programa mais educação.** Curitiba: Appris, 2019.

FERREIRA, Rogério Castro. **Cartografia da desigualdade regional no Tocantins: as microrregiões tocantinenses mediante os indicadores socioeducacionais**. 2015. 133f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2015.

FERREIRA, Rogério Castro; GUILHERME, Ordália Dias da Silva; OLIVEIRA, Adão Francisco de. Indicadores socioeconômicos e desempenho educacional no estado do Tocantins-BR: uma realidade desafiadora apresentada a partir das microrregiões tocantinenses. **Entorno Geográfico**, n. 12, p. 202-224, 16 dez. 2016. Doi: <http://dx.doi.org/10.25100/eg.v0i12.3550>.

LOCATELLI, Cleomar. **A política de descentralização na educação brasileira**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís do Maranhão, 2021.

MELO, Lucia de Fatima. **Reformas educacionais e gestão democrática no estado do Acre: repercussões no trabalho do núcleo gestor da escola**. 2010. 357 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

MELO, Pedro Thiago Costa. Descentralização e centralização e as políticas públicas educacionais no Brasil. **Caminhos da Educação: diálogos culturas e diversidades**, v. 4, n. 1, p. 01-17, 2022.

MOORE, Mark H. **Creating public value: Strategic management in government**. Harvard University Press, 1997.

NASCIMENTO, Maurício Reis Sousa do. **O Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada: descentralização ou desconcentração nas escolas públicas estaduais de Miracema do Tocantins?** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2008.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional do território do Estado do Tocantins: implicações e alternativas**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Campus de Toledo. Toledo, PR, 2015.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE. **Práxis Educacional**, v. 15, n. 31, p. 123-146, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.22481/praxis.v15i31.4663>.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. A perspectiva política da educação comparada e as avaliações internacionais da qualidade da educação. **Políticas Educativas**, v. 1, n. 1, 2007.